

ANFIP Conectada apresenta nova possibilidade de execução dos 28,86%

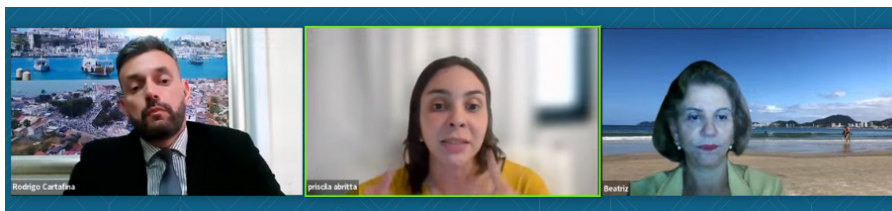
Em mais uma edição do ANFIP Conectada, realizada no dia 21 de dezembro, foi apresentada nova possibilidade de execução dos 28,86% para aqueles que não estão em outras ações judiciais com participação da advogada Priscila de Souza Abritta, do escritório Mota & Advogados Associados. A condução da live foi feita pela vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, com a presença do gerente Jurídico, Rodrigo Cartafina.

A ação – Existe Ação Civil Pública (ACP) que transitou em julgado na Justiça Federal de Campo Grande (MS), ajuizada pelo Ministério Público Federal, que beneficia várias categorias, incluindo os Auditores que eram Fiscais de Contribuições Previdenciárias no período de janeiro de 1993 a julho de 1999.

Conforme Priscila Abritta informou, **a prioridade é executar essa ação apenas para os associados que não têm ação de 28,86% na fase de execução.** “O escritório irá entrar com a ação em pequenos grupos. Vamos fazer análise prévia de litispendência que é o que atrapalha qualquer processo”, disse.

Segundo a advogada, caso o interessado possua outra execução em andamento, é necessário desistir do processo anterior. Neste caso, para auxiliar na decisão, é recomendado entrar em contato com o advogado responsável pela ação para analisar os prós e contras da desistência.

Maria Beatriz ressaltou que a ANFIP possui três ações dos 28,86%, ainda na



fase de conhecimento. Em uma delas, ajuizada em 2017, discute-se a existência de prescrição. Para os integrantes dessa ação, em breve a Entidade irá divulgar a orientação necessária no que se refere à possibilidade de desistência.

Como participar – A partir das listas de nomes dos que integram as ações, a ANFIP enviará correspondência contendo a procuração, o contrato e um termo que deverá ser assinado pelo interessado, declarando que não possui outro tipo de execução. O objetivo do escritório é estar com a documentação em mãos em janeiro para analisar, elaborar os cálculos e, no início de fevereiro, protocolar a ação.

É importante que os associados mantenham os dados atualizados no cadastro da ANFIP, principalmente o endereço, telefone e e-mail para receber as informações e documentos. Basta acessar o formulário na área restrita (clique [aqui](#)) e informar quaisquer alterações de dados.

“É uma grande oportunidade sem dúvidas porque é um título que abarca várias categorias. É interessante que façamos o ajuizamento rápido, não dá para esperar muito tempo, sabemos que processos como esse são muito complexos. Temos que elaborar cálculos e contratar

contador”, explicou Priscila Abritta.

Alerta – A advogada alertou sobre a importância de entrar na ação por meio da Entidade. “O escritório fez um estudo prévio da ACP e a maior problemática são execuções ajuizadas por advogados aventureiros, que nunca participaram de execução coletiva e não conhecem a carreira. O cálculo tem que ser feito por pessoas que conhecem a carreira, cada uma tem um cálculo diferente. Temos visto cálculos que fogem da realidade”.

Outro problema é a existência de execuções dessa ACP para pessoas que já têm outras execuções em curso, causando litispendência. Aqueles que têm interesse de desistir de execução para entrar na ACP, podem solicitar a desistência e entrar na ação.

Maria Beatriz reforçou que o setor jurídico irá agilizar, o máximo possível, as etapas de trabalho.

Priscila Abritta também apresentou informações sobre o acordo da ação dos 28,86% que está em andamento. “O prazo para inscrição de precatórios é 2 de abril de 2024. Vamos trabalhar com as ações em andamento e acordos para inscrevermos até lá. E a gente vai conseguir!”, disse.

Confira todos os esclarecimentos na TV ANFIP ([aqui](#)).

Congresso promulga reforma tributária. Veja o que muda
PÁGINAS 2 e 3

Proposta do governo frustra servidores
PÁGINA 4

Estaduais realizam confraternização de fim de ano
PÁGINAS 6 e 7

Promulgação da Emenda 132/23 consolida pautas dos Auditores

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

O Congresso Nacional promulgou, no dia 20 de dezembro, a Emenda Constitucional nº 132, de 2023, que altera o sistema tributário nacional. Além de simplificar os impostos sobre o consumo, o texto prevê fundos para o desenvolvimento regional, créditos do ICMS até 2032 e unifica a legislação dos novos tributos.

A proposta, debatida por mais de 30 anos, foi aprovada em votação histórica na Câmara dos deputados, no dia 15 de dezembro, em primeiro turno, por 371 votos a 121, e em segundo turno por 365 a 118. O texto é uma mistura entre as versões da Câmara dos Deputados, do relator Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), e do Senado de autoria, do senador Eduardo Braga (MDB/AM).

Vitória do fisco – O trabalho intenso realizado pela ANFIP em conjunto com as demais representações dos servidores da administração tributária, colaborou para a consolidação da matéria, que mantém a previsão de edição da Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT), reivindicada pelas carreiras há mais de 16 anos. A LOAT está prevista no artigo terceiro do texto aprovado, que inclui o parágrafo 17 no artigo 37 da Constituição Federal, nos seguintes termos: “lei complementar estabelecerá normas gerais aplicáveis às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispendo sobre deveres, direitos e garantias dos servidores das carreiras de que trata o inciso XXII”.

Com a aprovação de um destaque, foi restabelecido trecho que equipara o teto remuneratório dos servidores de carreira das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao teto federal, que é, atualmente o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).



Os próximos passos, que terão prioridade na atuação em 2024, são a produção de projetos de lei complementar, que regulamentarão vários pontos da Emenda Constitucional, e a discussão da segunda etapa da reforma, que tratará de mudanças no Imposto de Renda.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), afirmou que a promulgação da PEC é uma grande vitória conjunta. “É um divisor de águas. É o Brasil rumo ao progresso. É uma conquista do Congresso Nacional, uma conquista do povo brasileiro”.

Ao se pronunciar, Arthur Lira (PP/AL) frisou que a reforma tributária é essencial para o desenvolvimento econômico do país. “Desde que assumimos a presidência desta Casa, estabelecemos que a reforma tributária iria ser debatida, formulada e aprovada. Não havia mais tempo para esperar, o Brasil precisava e merecia um sistema tributário organizado, eficiente, justo e que se transformasse em um dos pilares para o desenvolvimento”.

Também marcaram presença na cerimônia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso; o secretário extraordinário

da Reforma Tributária, Bernard Appy, entre outras autoridades.

Confira os principais pontos da reforma:

Simplificação – Segundo a proposta, uma lei complementar criará o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – para englobar o ICMS e o ISS – e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para substituir o PIS, o PIS-Importação, a Cofins e a Cofins-Importação.

Com recursos federais, aos valores atuais de R\$ 730 bilhões ao longo de 14 anos e orçados por fora dos limites fiscais ([Lei Complementar 200/23](#)), a matéria cria dois fundos: um para pagar até 2032 pelas isenções fiscais do ICMS concedidas no âmbito da chamada guerra fiscal entre os estados; e outro para reduzir desigualdades regionais.

O texto estabelece ainda outras formas de compensar perdas de arrecadação com a transição para o novo formato, uma dentro do mecanismo de arrecadação do IBS e outra específica para a repartição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que continuará a incidir apenas sobre produtos fora da Zona Franca de Manaus (ZFM) e que sejam produzidos dentro dela também. O objetivo é manter a competitividade dessa área especial de produção. ▶

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Martuce do Socorro da Silva Soares
Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.
Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Os valores de compensação do IPI também ficarão de fora dos limites do novo regime de despesas primárias.

Cesta básica – Desde que o assunto vem sendo tratado ao longo das décadas, uma das novidades em relação a todas as versões já apresentadas é a isenção do IBS e da CBS sobre produtos de uma cesta básica nacional de alimentos a ser definida em lei complementar. A cesta deverá considerar a diversidade regional e garantir alimentação saudável e nutricionalmente adequada.

O texto prevê isenções de 100% ou 60% das alíquotas para determinados setores ou tipos de produtos, contanto que aquelas aplicadas aos demais sejam aumentadas para reequilibrar a arrecadação da esfera federativa (federal, estadual/distrital ou municipal/distrital).

Entre os setores contemplados com redução de 60% da alíquota estão serviços de educação e saúde, medicamentos e equipamentos médicos, transporte coletivo de passageiros, insumos agropecuários, produções artísticas e culturais e alimentos destinados ao consumo humano. Uma lei complementar definirá quais os tipos de serviços ou de bens desses setores serão beneficiados.

Profissionais liberais – O texto também remete a uma lei complementar a definição de serviços que poderão ser beneficiados com redução de 30% das alíquotas quando prestados por profissionais cuja atuação é submetida a conselho profissional, como advogados e médicos.

Como os novos tributos, a exemplo do que ocorre hoje, não atingem as empresas do Simples Nacional, serão beneficiados aqueles com faturamento anual acima de R\$ 4,8 milhões.

A redução de alíquota alcançará ainda serviços de natureza científica, literária, intelectual ou artística.

Alíquota teste – O IBS (estadual e municipal) e a CBS (federal) dependerão de lei complementar para serem criados e sua cobrança terá um ano de teste em 2026, quando a CBS será cobrada com alíquota de 0,9% e o IBS de 0,1%.

Apesar de o IBS ser um tributo estadual/municipal, tanto ele quanto a CBS poderão ser compensados pelas empresas com o devido a título de PIS/Cofins ou PIS-Importação/Cofins-Importação (no caso dos importadores).

Se o contribuinte não conseguir compensar com esses tributos poderá fazê-lo com outros devidos no âmbito federal ou pedir ressarcimento em até 60 dias.

O que for arrecadado com o IBS em 2026 será destinado integralmente ao financiamento da estrutura do Comitê Gestor do imposto, criado para gerir o tributo, e o excedente irá para o fundo de compensação dos incentivos do ICMS.

Durante este ano, os contribuintes que cumprirem as obrigações acessórias dos dois tributos poderão ser dispensados de seu recolhimento se assim prever a lei complementar.

CBS pleno – A partir de 2027, a CBS substituirá definitivamente os quatro tributos federais sobre bens e serviços: PIS/Cofins e PIS-Importação/Cofins-Importação.

Também de 2027 em diante, o IPI será mantido apenas para os produtos competidores daqueles produzidos na Zona Franca; e entra em cena o imposto seletivo, criado para incidir sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, papel hoje exercido pelo IPI.

Para 2027 e 2028, o IBS continua a ser de 0,1%, mas metade da alíquota (0,05%) será referente ao imposto estadual e a outra metade à parte municipal.

Entretanto, apesar de a CBS substituir o sistema PIS/Cofins, outra parte do texto determina a redução em 0,1 ponto percentual de sua alíquota durante 2027 e 2028. Juntos, PIS e Cofins somam 3,65% no sistema cumulativo e 9,25% no sistema não cumulativo.

Contratos atuais – Quanto aos contratos atuais, a lei complementar definirá os ajustes necessários para sua adequação aos novos tributos, inclusive os contratos de concessões públicas.

Imposto seletivo – O imposto seletivo deverá ser adotado por meio de lei complementar, mas suas alíquotas por lei ordinária e deverá obedecer aos princípios da anterioridade (publicação no ano anterior ao de sua validade) e da noventena.

Inicialmente pensado para substituir o IPI, ele não incidirá sobre todos os produtos industrializados, devendo ser cobrado pela produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao

meio ambiente, nos termos definidos em lei complementar.

O novo tributo não será cobrado nas exportações e poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos, integrando essa base de cálculo do ICMS e do ISS, enquanto ainda vigentes, e do IBS e da CBS.

O texto prevê algumas regras:

- não incidirá sobre energia elétrica e telecomunicações;
- alíquotas poderão ser em percentagem ou por unidade de medida do produto (m³, por exemplo); e
- na extração, a alíquota máxima será de 1% do valor de mercado do produto.

Livre comércio – Segundo o texto, as leis de criação do IBS e da CBS deverão prever mecanismos, com ou sem contrapartida, aplicáveis à ZFM e também às áreas de livre comércio existentes em 31 de maio de 2023.

A ser criado por lei complementar, o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas terá recursos da União para fomentar a diversificação de atividades econômicas no estado.

Para estados da Amazônia Ocidental e o Amapá, outro fundo de desenvolvimento sustentável deverá ser criado nos mesmos moldes. Poderão participar das decisões sobre o uso do dinheiro os estados onde estão localizadas as áreas de livre comércio.

Alíquotas regressivas – Quanto ao ICMS e ao ISS, a transição de 2029 a 2032 para sua extinção ocorrerá com diminuição gradativa de suas alíquotas vigentes, reduzindo-se em iguais proporções os benefícios e incentivos vinculados.

Assim, as alíquotas serão equivalentes às seguintes proporções daquelas vigentes em cada ano:

- 90% em 2029;
- 80% em 2030;
- 70% em 2031;
- 60% em 2032.

A partir de 2033, o ICMS e o ISS serão extintos. O Senado Federal estipulará as alíquotas de referência do IBS. No período de 2029 a 2033, essa alíquota será usada para recompor a carga tributária diminuída dos impostos atuais.

Com informações da Agência Câmara de Notícias

Proposta do governo frustra servidores na Mesa de Negociação

O governo informou que não há percentual de recomposição salarial para 2024. A declaração foi feita pelo secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, José Lopez Feijóo, na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) realizada em 18 de dezembro.

O secretário também apresentou a proposta de reajuste, a partir de maio do próximo ano, dos auxílios alimentação, para R\$ 1.000; saúde, para R\$ 215; e creche, para R\$ 484,90. Sinalizou com a possibilidade de recomposição para 2025 e 2026 de 4,5% em cada ano.

A bancada dos trabalhadores deixou clara sua indignação com a falta de perspectivas de recomposição salarial em 2024 e irá mobilizar as categorias, a partir de fevereiro, para reverter a situação.

A Pública Central do Servidor, a qual a ANFIP integra, somente podia ter um representante. No sistema de rodízio,



esteve presente o coordenador do Grupo de Trabalho de Negociação Salarial, Paulo Menezes.

O encontro aconteceu na sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em Brasília, e também contou com a participação de entidades do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), e de outras centrais sindicais.

Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes planeja atividades para o novo ano



Os integrantes da Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes (CR) se reuniram, no dia 18 de dezembro, para discutir e planejar atividades para o próximo ano. O encontro foi conduzido pelo coordenador Carlos Castro.

Dentre os assuntos avaliados, a Mesa Coordenadora decidiu estabelecer a programação das reuniões do CR para o ano de 2024; por incrementar a parceria com a Comissão do Futuro, com o objetivo de formular ações de interesse da Entidade; e por apoiar,

com propostas e sugestões, o Conselho Executivo (CE), presidido por Miguel Novo, que iniciará o mandato em 1º de janeiro. Por fim, a Mesa registrou seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo CE, presidido por Wilson Romero, que encerra o mandato em 31 de dezembro.

Além do coordenador, participaram da reunião o vice-coordenador, Genésio Denardi, e os demais membros Maria Alba de Carvalho, Benedito Cerqueira Seba e Severino Felipe da Silva.

Fórum da Desigualdade Social define ações para 2024

As entidades que integram o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, entre elas a ANFIP, reuniram-se no dia 20 de dezembro para discutir as estratégias de atuação para 2024. A vice-presidente de Comunicação Social, Marluce Soares, representou a Entidade.

Entre as prioridades estão a finalização da próxima edição da revista Justiça Social, a continuidade do projeto contra a “uberização” do trabalho, a constituição da Frente Parlamentar Mista pela Redução da Desigualdade Social, além de retomar a promoção de seminários.

Os presentes também deliberaram pela produção de documento sobre a reforma tributária (EC 132/23), promulgada dia 20 de dezembro, com pontuação dos avanços trazidos pela matéria e dos tópicos que devem ser melhorados para reduzir a desigualdade social.



ANFIP participa de reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã

A vice-presidente de Comunicação Social, Marluce Soares, participou da última reunião de 2023 do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), que reuniu, em 19 de dezembro, os representantes das entidades, coordenadores de núcleos e voluntários que integram o colegiado.

Com mediação da coordenadora da ACD, Maria Lucia Fatorelli, o encontro analisou a atual conjuntura política e a proposta de reajuste apresentada pelo Governo Federal para o funcionalismo público, na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) - relembre [aqui](#).

Na ocasião, Fatorelli falou sobre a frustração dos servidores ao receber a notícia de aumento zero em 2024 e da importância de enfrentar o sistema da dívida pública no Brasil. “Nós não podemos olhar para isso sem olhar para a estrutura do Estado como um todo. Essa medida afeta todos. Não só os servidores públicos, mas toda a sociedade”.

A pauta da reunião também abordou o trabalho coletivo em defesa dos interesses dos servidores públicos, as atividades a serem desenvolvidas pela ACD no próximo ano e o apoio das entidades à Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular; para as campanhas pelo Limite dos Juros no Brasil (PLP 104/2022) e a de Arrecadação de



Recursos para ACD; e o apoio aos Estudos do Observatório de Finanças e Economia.

Dentre as ações a serem desenvolvidas, estão previstos, ainda, a realização de dois cursos: o primeiro sobre o Sistema da Dívida, com foco na Dívida dos Estados; e o segundo baseado na Cartilha sobre Auditoria da Dívida Pública. “Precisamos do apoio de todos vocês para continuar”, ressaltou Fatorelli.

Marluce Soares reafirmou o apoio da ANFIP nos trabalhos conjuntos a serem desenvolvidos e parabenizou a ACD e a coordenadora da instituição pela defesa do funcionalismo, da sociedade e do orçamento público.

Também participaram da reunião a associada Rita Felicetti e a nova diretora de Estudos, Planejamento e Projetos da Fundação ANFIP, Marinalva Azevedo dos Santos Braghini.

ANFIP marca presença em evento do CB sobre perspectivas econômicas



O presidente Wilson Romero e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, acompanharam o debate do Correio Braziliense, realizado dia 19 de dezembro, para abordar os principais temas da agenda econômica, social e sustentável que o Brasil deve enfrentar em 2024.

O evento reuniu diversos representantes dos setores público e privado, incluindo o secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que discutiu, no primeiro painel, as estratégias que poderão garantir o crescimento do emprego, da renda e dos investimentos no país.

“Existem muitas distorções que precisam ser corrigidas, e, para isso, é preciso trabalho e construção política. Esse é o desafio para os próximos anos”, disse. Segundo o secretário, para o crescimento de empregos é preciso que a macroeconomia esteja organizada e, apesar de o Brasil estar no caminho correto, são necessárias medidas que aumentem seu potencial de desenvolvimento e a reforma tributária é uma delas.

Acerca da aprovação da reforma sobre o consumo, o

secretário frisou que foi um processo de construção coletiva. “Eu não sou o grande vencedor. O grande vencedor é a boa política, ela que viabilizou. Foi o equacionamento político com a participação do ministro Haddad, relatores da matéria na Câmara e Senado, líderes partidários e de um conjunto grande de parlamentares que se envolveram com o tema, que permitiram, depois de mais de 35 anos, conseguir aprovar uma reforma ampla da tributação sobre o consumo no Brasil”, afirmou Appy. O trabalho conjunto com estados e municípios para a regulamentação das leis complementares será realizado a partir de janeiro.

Appy também falou sobre a reforma do Imposto de Renda, que já está sendo discutida operacionalmente no Ministério da Fazenda, com participação de representantes dos fiscos federal, estadual e municipal. “Há consenso entre eles que o objetivo é ter um sistema operacional que seja o mais simples possível para os contribuintes. Estamos trabalhando para que a proposta seja enviada o mais rápido possível para o Congresso Nacional”.

O secretário informou que após a produção o trabalho técnico, que tem como diretrizes a neutralidade, isonomia e progressividade, terá que passar pelo crivo político do governo e do Congresso.

O segundo painel discutiu o tema “Um mundo complexo e desafiador: onde o Brasil se encaixa?”, com a participação de especialistas em economia. No terceiro e último painel foi debatido o clima. O encerramento foi realizado pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, com uma reflexão sobre os desafios monetários e fiscais do país. Também esteve presente o ministro das Cidades do Brasil, Jader Barbalho Filho.

Confira o debate completo no canal do Correio no YouTube ([aqui](#)).

ESTADUAIS

Associados são homenageados pela Superintendência da RFB na 3ª Região Fiscal

A 3ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil condecorou com a medalha Noé Winkler os Auditores Fiscais Maria Aparecida Andrade Maia e Paulo Régis Arcanjo Paulino, em cerimônia realizada dia 14 de dezembro, no miniauditório do Ministério da Fazenda no Ceará.

Trata-se da mais alta honraria da Receita Federal para os servidores. Os dois Auditores Fiscais condecorados com a medalha neste ano, além de servidores brilhantes, com vasta experiência no serviço público, são

associados da ANFIP e da ANFIP-CE.

O Auditor Fiscal aposentado e também associado Edilberto Cavalcante Porto Filho foi homenageado em nome de todos os aposentados da 3ª Região Fiscal, recebendo uma placa comemorativa.

Na ocasião, ainda receberam a medalha Noé Winkler os analistas tributários Eduardo Amazonas de Lacerda Carvalho e Beatriz Meireles de Sousa Lima, e os servidores Edelmund Mendonça Leal Queiroz e Elisabete Maria Medeiros Damasceno.



Estaduais da ANFIP realizam confraternização de fim de ano



ANFIP-PB: Em parceria com a ANFIP Nacional, através do Projeto Sociocultural, a confraternização foi realizada em 15 de dezembro, com associados das duas entidades, e comemorou ainda os 38 anos de fundação da Estadual na Paraíba. Também foram celebrados os aniversariantes do último trimestre e sorteadas três cestas natalinas, exclusivamente para os sócios.

A alegria e a animação de todos que lotaram o salão do evento, a beleza da típica decoração, boa música e um excelente jantar tornaram este grande encontro uma noite memorável, como assim expressaram os associados presentes.



ANFIP-MT: Também no dia 15 de dezembro, a representação de Mato Grosso promoveu sua confraternização de final de ano, com almoço dançante, e proporcionou aos associados momentos especiais de reencontros com colegas, familiares e amigos.

O ponto alto da celebração foi a posse da nova representante da ANFIP-MT, a associada Ana Pereira dos Santos, e seus

suplentes Ivana Maria Fernandes e Benedito Cerqueira Seba. Em seu discurso, Ana Pereira saudou os participantes e falou dos desafios de comandar a representação. Ela solicitou o apoio de todos para a construção conjunta do plano de ação para o biênio 2024/2025, enfatizando a importância da união e harmonia entre os associados.

Durante o evento, foi apresentada a suplente da região Centro-Oeste no Conselho Executivo da ANFIP, a associada Wilza do Carmo Pereira Soares.

Benedito Seba, que deixa o cargo de representante do estado mato-grossense, expressou seus agradecimentos pelo apoio recebido durante sua gestão, ressaltando a participação nos eventos e reuniões realizados durante seu mandato. Destacou, ainda, o trabalho do Conselho Executivo e agradeceu ao presidente da ANFIP, Wilson Romero, pelo apoio constante nas diversas atividades promovidas pela representação em benefício dos associados de Mato Grosso.



ANFIP-MG: Em Minas Gerais, a celebração ocorreu também no dia 15 de dezembro e contou com muita alegria e alto-astral. A Confraternização de 2023 foi realizada no espaço Casa Jardim, em Belo Horizonte.

Nada melhor do que comemorar o ano que passou com amigos e colegas em um aconchegante espaço, dividido em ambientes para todos os gostos, perto da pista de dança ou em espaços mais tranquilos, onde era possível conversar confortavelmente. ▶

No evento, que contou com parceria da ANFIP Nacional, através do Projeto Sociocultural, havia uma estação de *bartenders* — onde foram servidos coquetéis e *drinks* variados — e uma mesa de antepastos, cuja degustação pôde ser feita sob orientação de um dedicado chef de cozinha, que sugeria as melhores harmonizações aos convidados.

E o que falar das demais opções do *buffet*? Tudo delicioso, requintado e preparado com muito capricho.

Para completar, a festa ficou ainda mais animada com a presença da banda do cantor Sandro Alex e dos dançarinos, que agitaram os convidados e entregaram mais entusiasmo e diversão ao evento.

Confira [aqui](#) a galeria de fotos da Confraternização de Fim de Ano da ANFIP-MG.

ANFIP-SC: A Estadual de Santa Catarina promoveu Jantar de Confraternização no dia 8 de dezembro, no Clube Atlético 6 de Janeiro, em Florianópolis.

O evento, organizado pela diretora Social da entidade, Rosane Raquel Compagnoni Lubini, reuniu associados e

familiares e foi marcado por muita alegria, reencontros e conversas animadas em clima de comemoração.

Romelândia Silvestre Pfitzenreuter, presidente da Estadual, agradeceu a presença dos convidados e falou da alegria da entidade em poder proporcionar o momento de confraternização.

Na ocasião, foi servido jantar especial e também contou com apresentação do músico Jeovanny De Luch e sua banda, que animaram a festa e a pista de dança.



BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Procurando presente de Natal? Aproveite as ofertas do Clube de Vantagens

A plataforma ANFIP Tem+Vantagens te ajuda a economizar na compra dos presentes deste fim de ano. São diversas empresas parceiras e grandes marcas conveniadas que oferecem descontos de 10% a 70% nas compras on-line.

Confira todas as condições no Clube de Benefícios e garanta o presente ideal para seus familiares e amigos!

Acesse anfip.temvantagens.com.br ou clique [aqui](#).

Associe-se à Cooperforte e tenha acesso a soluções financeiras exclusivas

A Cooperforte é uma das maiores cooperativas de crédito do Brasil, fundada há 39 anos, que oferece soluções financeiras pensadas para atender as necessidades dos associados.

Aqui você tem crédito pré-aprovado, com base na renda mensal comprovada, com umas das menores taxas do mercado e prazo de até 96 meses. Além disso, os investimentos em renda fixa têm rentabilidade atrativa sempre acima do CDI e com a garantia do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

A Cooperforte oferece um grande diferencial em relação às outras

instituições financeiras: a divisão de parte do resultado líquido por meio das sobras, distribuídas anualmente de forma proporcional aos negócios realizados ou mantidos no exercício. É uma forma justa e transparente de compartilhar os resultados com quem faz parte da cooperativa.

Se você é funcionário de banco público federal, servidor público federal, estadual ou distrital, ou empregado de empresa ligada a essas esferas, da ativa ou aposentado, associe-se à Cooperforte e usufrua de todas as nossas soluções financeiras e diferenciais exclusivos.

Associe-se à COOPERFORTE e tenha acesso a:

- CRÉDITO** pré-aprovado, com base na renda mensal comprovada e prazos de até 96 meses
- INVESTIMENTOS** em Renda Fixa com rentabilidade sempre acima do CDI e garantia do FGCoop
- SOBRAS** (resultado líquido) distribuídas anualmente, proporcional aos negócios realizados ou mantidos no exercício

Baixe o APP COOPERFORTE e associe-se agora!

Planeje seu futuro com a Jusprev e garanta dedução no IRPF 2024

DECLARAÇÃO DO IR	SEM PLANJUS	COM PLANJUS
RENDA ANUAL BRUTA	400.000,00	400.000,00
CONTRIBUIÇÃO PLANJUS (até 12%) 4.000,00 mês	0,00	48.000,00
BASE DE CÁLCULO PARA INCIDÊNCIA DO IR (27,5%)	400.000,00	352.000,00
IR RECOLHIDO	110.000,00	96.800,00
BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO	0,00	13.200,00

O ano está chegando ao fim, mas ainda dá tempo de começar a planejar com a Jusprev! Os associados que fizerem a adesão nos próximos dias poderão usufruir a dedução de até 12% do Imposto de Renda de 2024, uma vantagem exclusiva que oferece um retorno financeiro superior às demais aplicações do mercado financeiro.

Faça agora mesmo sua adesão! Em caso de dúvidas, entre em contato com a consultora da ANFIP, Zuleide Miranda, pelo e-mail zuleide@anfip.org.br ou pelo telefone (61) 99655-8978.



Desejamos que o espírito natalino ilumine seus dias com **alegria, amor e esperança.**

Conselho Executivo

feliz natal

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300

